



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

*Presidência*

**Excelentíssimo Senhor  
Presidente da República Portuguesa  
Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa  
Palácio de Belém  
Calçada da Ajuda, nº 11  
1349 -022 Lisboa**

Ofício

Sua Referência

OFIC. N.º

P.º N.º

Sua Data

Nossa Referência

OFIC. N.º 33583

P.º N.º

Data de Expedição

13-12-2018

Assunto: Apelo ao Reconhecimento formal do Estado da Palestina pelo Estado Português

Excelência,

A Palestina enfrenta hoje uma das conjunturas mais difíceis e complexas da sua história recente e necessita urgentemente da solidariedade internacional. Com o intuito de dar a conhecer a situação da Palestina, de forma contextualizada e fundamentada, a Câmara Municipal do Seixal, em parceria com o CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação e o MPPM - Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, promoveu um seminário sobre o tema "Palestina: História e Identidade de um País Ocupado", no qual tivemos a honra de poder contar com um vasto conjunto de intervenções de investigadores, autarcas, deputados, jornalistas, economistas, sociólogos, historiadores, estudantes e individualidades, cuja vida pessoal e profissional lhes permitiu vivenciar a situação da Palestina.

O Povo Palestino vive num clima de agressão permanente, privado do usufruto livre de um território seu por direito. Apesar de tal situação ser referenciada como ilegal, em várias resoluções das Nações Unidas, isso não se refletiu, ainda numa alteração das condições no terreno. O desrespeito pelo direito internacional foi agravado com a recente posição dos EUA de reconhecer Jerusalém como capital de Israel, desprezando a história daquele território, o seu significado para a Palestina e para o seu povo e contrariando as resoluções das Nações Unidas.

A resistência do povo palestino faz-se diariamente e em todas as áreas da vida desta nação, da defesa das suas casas e terras, à sua identidade cultural. Enfrentando a repressão, o povo palestino luta incansavelmente pelo seu direito a ter um país independente, livre e soberano. Esta resistência tem tido como resposta de Israel a prisão indiscriminada de homens, mulheres, jovens e crianças.

Violando as resoluções das Nações Unidas, Israel continua a ocupar ilegalmente o território palestino, levando a cabo uma repressão brutal e prosseguindo a segregação e a limpeza étnica desta população.

O povo palestino reclama justiça e quer ver finalmente realizados os seus inalienáveis direitos nacionais e reconhecido o seu Estado como independente e soberano, tendo Jerusalém Oriental como capital.



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

*Presidência*

Portugal e os municípios portugueses podem e devem desempenhar um papel ativo na defesa intransigente dos direitos humanos e dos valores da liberdade. No momento em que Portugal decide reforçar o seu apoio à Palestina apelamos ao Estado Português para o reconhecimento formal da Palestina como Estado independente e soberano e a sua afirmação a nível internacional, nomeadamente junto da UE, bem como o reconhecimento da Embaixada da Palestina no Corpo Diplomático acreditado em Portugal, em substituição da singularidade da referência a Missão Diplomática da Palestina.

Acreditamos que o reconhecimento por Portugal do Estado da Palestina, enquanto território independente e soberano, poderá contribuir para uma influência muito positiva junto da comunidade internacional, nomeadamente ao nível da CPLP e da UE, e para o processo de Paz no Médio Oriente.

Neste sentido levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, através do documento em anexo, as conclusões e recomendações do seminário sobre a Palestina, realizado no Seixal, no passado dia 30 de novembro e com gravação disponível on-line, apelando à intervenção de Vossa Excelência no sentido de uma tomada de posição corajosa, coerente e humanista de Portugal relativamente ao reconhecimento, à Palestina e ao seu Povo, do direito a governar dentro do seu território, com fronteiras definidas pelos acordos internacionais, classificando como ingerência a expansão dos colonatos, a invasão permanente da Cisjordânia, a prisão arbitrária de pessoas e os bombardeamentos em Gaza.

O reconhecimento do Estado da Palestina por Portugal representará uma manifestação inequívoca de compaixão e solidariedade internacional, fundamentada nos princípios e valores subjacentes à Carta das Nações Unidas para os Direitos Humanos e uma rejeição da perpetuação dos crimes e violações sistemática dos direitos do povo Palestino dentro das fronteiras do seu País.

Dirigimo-nos a Vossa Excelência consideradas as especiais funções de Presidente da República e na convicção de que comunga dos mesmos valores humanistas que levaram os participantes do seminário sobre a Palestina a discorrer as recomendações que lhe apresentamos, destacando-se veementemente a urgência no reconhecimento da Palestina como Estado independente e soberano, e que o fará não apenas impelido pelos valores intrínsecos ao Estado Português, mas também com sentido histórico e de futuro.

O Município do Seixal continuará a promover atividades de sensibilização e reflexão sobre as problemáticas inerentes ao desenvolvimento humano global, reforçando as ações pela Paz e pelos Direitos Humanos, também ao nível do Movimento de Municípios pela Paz, que muito nos orgulhamos de integrar, não deixando de denunciar as injustiças sociais e de contribuir através da reflexão e do diálogo para um mundo mais justo e seguro para todos.

*Am. elvade cardador*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

*Joaquim Cesário Cardador dos Santos*

HP/



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

*Presidência*

## **Seminário “Palestina: História, Identidade e Resistência de um País Ocupado”**

### **Conclusões e Recomendações**

O Seminário “Palestina: História, Identidade e Resistência de um País Ocupado” teve lugar durante a manhã e tarde do dia 30 de Novembro de 2018, incluindo um conjunto de sessões em que foram abordadas temáticas como a história e geografia da Palestina, a vida quotidiana na Palestina contemporânea ou as ações de solidariedade e apoio à implementação dos acordos internacionais. O Seminário contou com a participação de representantes dos universos sindical, académico, religioso e associativo e numerosos cidadãos e cidadãs, autarcas, deputados, refugiados e ativistas palestinos.

As intervenções e debates no contexto dos diversos painéis referiram diversos aspetos da ocupação israelita, recordando as suas origens históricas e as suas implicações para as perspetivas de paz e justiça no presente e no futuro. Enfatizou-se o facto do problema da Palestina corresponder a uma situação de ocupação, agravada e aprofundada a cada dia, e não a um conflito entre partes iguais. Recordou-se os diversos crimes contra a humanidade, arbitrariedades, expropriações de terras e recursos, o bloqueio criminoso sobre a faixa de Gaza, a repressão sobre a população palestina residente em Jerusalém Oriental, as restrições à mobilidade e à viabilidade económica e social dos territórios ocupados e outras violações de direitos humanos praticados por Israel, incluindo a situação alarmante dos presos políticos encarcerados nas prisões israelitas assim como o drama dos refugiados espalhados por todo o mundo. Sublinhou-se a atitude reiterada de desafio e violação do direito internacional e de centenas de resoluções das Nações Unidas por parte de Israel.

Os participantes neste Seminário reconheceram os obstáculos significativos existentes no caminho para uma solução para o problema da ocupação israelita que seja aceitável, sustentável e respeitadora do direito internacional e dos direitos dos palestinos, entre os quais avulta a expansão contínua dos colonatos. Na atualidade, entre os principais obstáculos encontram-se, para além da postura agressiva e xenófoba do próprio governo israelita, a conivência por ação ou omissão por parte dos governos de muitos outros países. Independentemente desses obstáculos, porém, os participantes neste Seminário exprimiram a sua confiança em que uma tal solução, consistente com as legítimas aspirações do povo palestino, será por fim alcançável. Com esse fim em vista, apelam:

- ao reconhecimento do estado palestino pelo governo português, no espírito do artigo 7º da Constituição da República Portuguesa e no seguimento da resolução nesse sentido aprovada pela Assembleia da República.
- ao desenvolvimento de uma política consistente de Portugal no sentido do isolamento internacional e da denúncia dos crimes cometidos pelo estado de Israel e na solidariedade e cooperação com o povo palestino e as suas organizações e instituições representativas
- ao reforço e alargamento da convergência de esforços entre organizações e associações, autarquias, movimentos de cidadãos no sentido de uma solidariedade cada vez mais ativa e presente, em Portugal, com a causa nacional do povo palestino.

**Seixal, 30/11/2018**